



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 96/2013

Declara de Utilidade Pública o Instituto da Leitura e da Informação - I.L.I., com sede e foro no Município de Maringá.

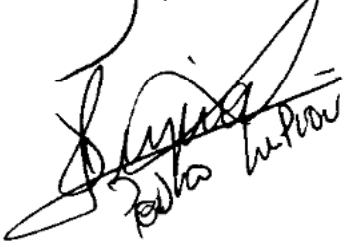
Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Instituto da Leitura e da Informação - I.L.I., com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de julho de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 


Paulo Roberto

Paulo Roberto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 444/2013


Declara de Utilidade Pública a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS – RNP + Núcleo Curitiba e Região Metropolitana, com sede e foro no Município de Curitiba.

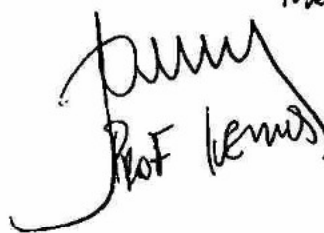
Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS – RNP + Núcleo Curitiba e Região Metropolitana, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de julho de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator *Roberto*


Prof Lemos


Pedro Zupion



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 493/2013

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Betel de Castro, com sede e foro no Município de Castro.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Betel de Castro, com sede e foro no Município de Castro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 09 de julho de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 


Wilson Guimarães



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 80/2014

Altera a Lei nº 12.364, de 23 de dezembro de 1998,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 12.364, de 23 de dezembro de 1998, passa a
vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública o Centro de
Educação Infantil Irmãs de Betânia, com
sede e foro no Município de Londrina.


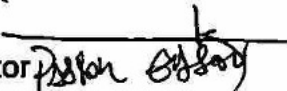
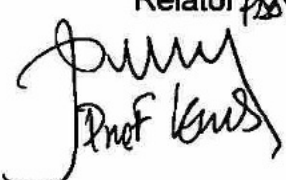

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil
Irmãs de Betânia, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de julho de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 10/2014


Aprova o Relatório Final da Comissão Especial para Averiguar a Gestão Pública da Saúde em Londrina.

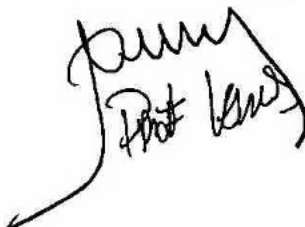
Art. 1º Aprova o Relatório Final da Comissão Especial para Averiguar a Gestão Pública da Saúde em Londrina, constituída pelo Ato do Presidente nº 21/2011, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 108, de 20 de setembro de 2011, e suas conclusões.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de julho de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator *Prodr. Curi*

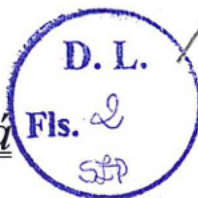

Paulo Lúcio


Paulo Lúcio



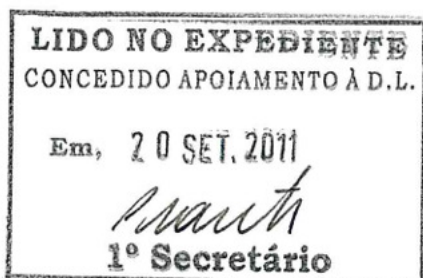
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº

753/11



EMENTA: Dispõe sobre a permissão de porte de arma de fogo pelos servidores de carreira do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico-Legal, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1.º - Fica estabelecido que os servidores de carreira do Instituto de Criminalística do Estado do Paraná e do Instituto Médico-Legal do Estado do Paraná, ativos e inativos, terão direito ao porte de arma de fogo, de propriedade particular ou do Estado, mesmo fora de serviço.

§ 1.º - A autorização para o porte de que trata esta lei deverá constar na carteira funcional do servidor a ser expedida pela autoridade competente.

§ 2.º - Os servidores previstos no caput deste artigo deverão portar a arma de fogo de maneira velada quando fora de serviço.

§ 3.º - As armas que forem adquiridas pelo Estado deverão ser brasonadas antes de fornecidas em carga aos servidores.

Art. 2.º - O Poder Executivo terá o prazo de 90 (noventa) dias para regulamentar a presente Lei.

Art. 3.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

NEY LEPREVOST
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Em decorrência da Emenda Constitucional Estadual nº 10, de 24 de outubro de 2001, o Instituto de Criminalística desvinculou-se do Departamento da Polícia Civil, passando, juntamente com o Instituto Médico Legal, a constituir a Polícia Científica do Estado do Paraná. Trata-se de unidade da Secretaria de Estado da Segurança Pública, administrativa, técnica e financeiramente autônoma. Em



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



decorrência desta desvinculação, os Peritos Oficiais perderam o direito ao porte de arma.

Todos os servidores dos referidos órgãos atuam em **situações de alto risco**, dirigindo-se a locais de crime em viaturas caracterizadas com a inscrição "POLÍCIA", utilizando "giroflex" e atuando na persecução penal juntamente com Policiais Civis, Membros do Ministério Público e Magistrados, entende-se, portanto, que o porte de arma é de fundamental importância para toda esta categoria.

Ressaltamos ainda que a Polícia Técnico-científica desvinculou-se da Polícia Civil em vinte Estados brasileiros, indicando uma tendência a se concretizar em todos os Estados da federação. Em grande parte desses, nos quais ocorreu a desvinculação completa, como em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, os Peritos readquiriram o direito de portar armas de fogo através de leis estaduais, conforme cópia anexa da Lei n.º 12.786 de 14 de setembro de 2007, em vigor no Estado do Rio Grande do Sul.

Há ainda de se levar em consideração que o artigo sexto da Lei nº 10.826 (Estatuto do Desarmamento) admite o porte de arma de fogo para os casos previstos em legislação própria ("Art. 6º: É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, **salvo para os casos previstos em legislação própria e para:**..."), fato que torna possível a edição de tal Lei Estadual. Essa ação trará isonomia com os Peritos da Polícia Federal e Estadual de outras unidades da federação, que desempenham a mesma função, bem como também com outros profissionais que atuam na Segurança Pública do Estado do Paraná.

É importante salientar que os membros desta instituição ao desempenharem suas funções colocam suas vidas, suas famílias e sua integridade física em risco para prestar serviço à população.

Ante o exposto solicitamos o apoio dos Eminentíssimos membros desta Casa de Leis, para que esta importante proposição seja discutida e aprovada em nome da segurança do Estado do Paraná.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Ney Leprevost



RECURSO CONTRA PARECER PELA INCONSTITUCIONALIDADE DO
PROJETO DE LEI Nº 753/2011

RECORRENTE: Deputado Ney Leprevost

Recebido
Em 24/03/2013
Por
Rodrigo Melo
Coord. Jurídico
CCJ

Com base no artigo 33, alínea "a" do Regimento Interno desta Casa de Leis, vimos interpor o presente recurso pelas seguintes razões:

I – PELO DEFERIMENTO DO RECURSO

Esta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer ao Projeto de Lei em tela, na data de 16 de abril de 2013, opinando pela rejeição da proposição devido aos supostos vícios de iniciativa e inconstitucionalidade nele contidos.

O citado parecer ainda foi Publicado no Diário Oficial no dia 22 de abril de 2013, portanto inexistindo a prescrição do prazo legal, já que o mesmo inicia-se como dita o Regimento Interno com a publicação. Sendo o presente recurso tempestivo.

II – PELAS RAZÕES DO RECURSO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Ney Leprevost



De início, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O presente projeto de lei versa sobre o assunto no artigo 24, inciso XVI, conferindo competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
(...)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Ney Leprevost



XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados;

Como não poderia ser de forma contrária, determina a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, conforme artigo 13, inciso XVI:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

XVI - organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil.

§ 1º. O Estado, no exercício de sua competência suplementar, observará as normas gerais estabelecidas pela União

Ademais, vale observar que a presente proposição visa apenas complementar omissão disposta no Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826/03, conforme se observa no *caput* do artigo 6º da mesma:

Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

No caso em tela, vislumbra-se que o objetivo da pretensa Lei é disponibilizar aos Peritos o direito à Porte de Arma de Fogo, direito que lhes era conferido antes do desmembramento da Polícia Científica da Polícia Civil,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Ney Leprevost



utilizando-se de competência suplementar, conferida constitucionalmente a fim de suprir a omissão do referido Estatuto sobre o tema.

Assim sendo, esperamos ter comprovado ser o Projeto de Lei nº 753/2011, de nossa autoria, constitucional e legal, não existindo impedimento que impeça esta Comissão de se pronunciar favoravelmente a sua aprovação.

Pelo que solicitamos o deferimento e acatamento do presente recurso.

É o pedido.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2013.


NEY LEPREVOST
Deputado Estadual



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Recurso interposto pelo nobre Parlamentar NEY LEPREVOST, acerca da decisão desta sobre o Projeto de Lei nº 753/11, o qual *"Dispõe sobre a permissão de porte de arma de fogo pelos servidores de carreira do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico-Legal, no âmbito do Estado do Paraná"*.

Obs: VOTO PELO PROVIMENTO DO RECURSO, COM SUBSTITUTIVO GERAL

RELATOR: DEPUTADO PEDRO LUPION.

i. RELATÓRIO.

Trata-se de Recurso interposto sobre a decisão colegiada da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, a qual rejeitou o Projeto de Lei (PL) nº 753/11, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, sendo o mesmo o autor do Recurso.

Conforme se denota do PL em apreço objetiva autorizar os servidores de carreira do Instituto Médico-Legal e Instituto de Criminalística, ativos e inativos, a portarem armas de fogo de propriedade do Estado ou particular, mesmo que não estando em serviço.

Em breve síntese, o autor em sua justificativa traz o argumento que por intermédio da Emenda Constitucional nº10, de 24 de outubro de 2011 houve a desvinculação do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico-Legal



do Departamento de Polícia. Passando estes a formarem a Polícia Científica do Estado do Paraná.

Assim, em decorrência da aludida desvinculação os servidores passaram a ser proibidos de portarem armas para sua defesa pessoal. Porém, ressalta que todos os servidores, da atual Polícia Científica do Estado do Paraná, continuam atuando em situações de risco, comparecendo *in loco* em locais que de crime com viaturas caracterizadas, passando pelos exatos riscos que os Policiais Cíveis e Militares passam, porém desarmados.

Em reunião desta Comissão, realizada no dia 12 de dezembro de 2011, foi requerida baixa do PL em diligências à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, não havendo retorno da mesma.

Assim, dando andamento ao Processo Legislativo o PL foi encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça novamente com a finalidade de se avaliar os critérios, conforme sua competência, independente de diligências.

Na oportunidade foi exarado parecer pelo Deputado Bernardo Ribas Carli pela rejeição da matéria, o qual foi acatado pelos demais membros da Comissão.

Insta mencionar que os fundamentos que levaram o Parlamentar a entender pela rejeição da proposição seria que em tese a nova política da União é no sentido do desarmamento, bem como seria competência exclusiva da União em legislar sobre autorização, fiscalização e comércio de material bélico (art. 21, inciso VI da CF).

Uma vez interposto, tempestivamente, o Recurso e após conhecido pelo Presidente desta Comissão fora designado o Parlamentar que ora subscreve como Relator nesta Comissão.

Resumidamente, o Autor menciona o artigo 24, inciso XVI e && da Constituição Federal, o artigo 13 da Constituição Estadual e o artigo 6º da Lei 10.826/03.

Consigne-se que há ofício oriundo da Secretaria de Estado e Governo, encaminhando documentos da Polícia Científica, devidamente fundamentado juridicamente, pela aprovação da proposição.

É O RELATÓRIO.



ii. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Em relação às formalidades do recurso interposto, àquelas previstas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, não se encontra qualquer óbice uma vez que interposto tempestivamente, conforme informado pelo Presidente desta Comissão ao conhecer do recurso. No mesmo sentido cabe a esta Comissão a análise das razões recursais conforme determina o artigo 33-A, §2º RIALEP, senão vejamos:

'Art. 33[...]

§2º O Autor cuja proposição tenha sido declarada inconstitucional em parecer da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data da publicação do parecer em Diário Oficial ou de sua notificação pessoal, recorrer à própria Comissão.'

Em relação a competência do Parlamentar em apresentar a proposição, entendo que não há qualquer menção a se fazer uma vez que reconhecida no parecer anterior e mantida a luz do artigo 65 da Constituição Estadual.

Pois bem.

Analisando mais atentamente o caso em tela, entendo pelo provimento do Recurso, divergindo do parecer anteriormente aprovado, explico:

Em primeiro momento consigne-se que o artigo 13, inciso XVI da Constituição Estadual é cristalino quanto a competência concorrente entre os Estados e a União em legislar sobre a organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil, ainda no §1º, do mencionado inciso, o Estado observará as normas gerais estabelecidas pela União.

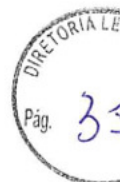
Assim se utilizando da prerrogativa acima, e para uma melhor organização da Polícia Civil houve a cisão da Polícia Científica, porém mantendo-se esta última no rol do artigo 46 da Constituição Estadual, senão vejamos:



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



"Art. 46. A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar;

III - Polícia Científica.

Parágrafo único: O Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar."

De mesma forma menciona o artigo 1º da Lei Estadual nº 18.008/14, o qual conceitua o quadro próprio dos peritos Oficiais do Estado, mencionando:

"Art.1º O Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná – QPPO é composto por servidores da Polícia Científica, que exercem atividade policial, com risco de vida, incumbidos das perícias de criminalística,[...]"

Ora da leitura de ambos os dispositivos mencionados o que se verifica é que não obstante a desvinculação da Polícia Científica da Polícia Civil, em momento algum houve alteração nas funções dos servidores, o risco de vida dos mesmos e muito menos deixaram de integrar o quadro de policiais, agentes de segurança pública (=modo genérico) do Estado.

Por essas razões já se justifica a necessidade da legalização do porte de arma pelos agentes de segurança elencados no presente PL.

Ademais a própria legislação pátria menciona (Lei 10.826/2003) que:

"Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria [...]"

Ou seja, ao contrário de qualquer vedação, a legislação autoriza o porte por intermédio de legislação própria, justamente o objetivo do presente PL, aliado à competência do Estado em organizar as suas polícias.

Não adentrando ao mérito da proposição, porém não pode deixar de se registrar que é inconcebível encaminhar um agente, devidamente identificado como Policial, a cenas de crimes recém ocorridos totalmente desprotegidos, enquanto a própria legislação Federal (10.826/2003) por óbvio não é observada pela marginalidade. Ou seja, é incoerente desarmar os agentes



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



de segurança enquanto infratores detêm arsenal bélico muitas vezes superior aos da própria polícia.

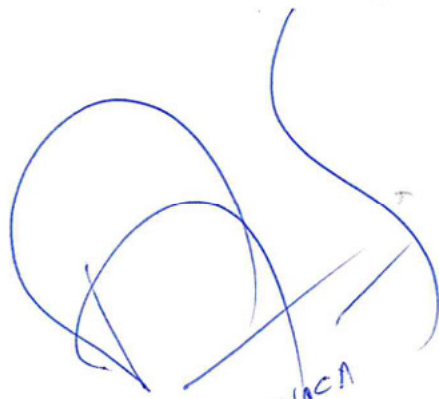
Por fim, apresento a incluso Substitutivo Geral, em conformidade ao artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, no intuito de aprimorar o PL, evitando interpretações controversas, sem prejuízo à essencialidade da proposição.

É O VOTO

iii. CONCLUSÃO

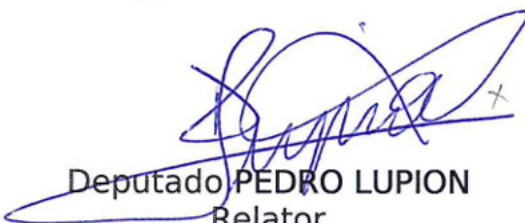
Diante do exposto, voto pela **APROVAÇÃO, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL ORA APRESENTADO**, do Projeto de Lei nº 753/2011 de autoria do Deputado NEY LEPREVOST, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 02 de junho de 2014.


SCARAVACA


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


PEDRO L.


Deputado PEDRO LUPION
Relator


BERNARDO


PERICLES


TURINI

APROVADO



EMENDA SUBSTITUIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 753/11

Dispõe sobre a permissão de porte de arma de fogo pelos servidores de carreira do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico-Legal, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1.º - Fica estabelecido que os servidores de carreira do Instituto de Criminalística do Estado do Paraná e do Instituto Médico-Legal do Estado do Paraná, ativos e inativos, terão direito ao porte de arma de fogo, de propriedade particular ou do Estado, mesmo fora de serviço.

§ 1.º - A autorização para o porte de que trata esta lei deverá constar na carteira funcional do servidor a ser expedida pela autoridade competente.

§ 2.º - Os servidores previstos no caput deste artigo poderão portar a arma de fogo quando fora de serviço.

§ 3.º - As armas que forem adquiridas pelo Estado deverão ser oficialmente identificadas antes de fornecidas em carga aos servidores.

Art. 2.º - A autorização prevista no artigo anterior será condicionada à comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio da arma de fogo, atestadas por profissional devidamente habilitado, na forma da lei, com validade máxima de três anos.

Art. 3.º - A comprovação da capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio da arma de fogo a que se refere o artigo 2º desta Lei, bem como a autorização para o porte de arma, deverão ser aferidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP.




PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



§ 1.º - A autorização de que trata o *caput* deste artigo deverá ser regulamentada, observados os requisitos exigidos para o porte da Polícia Militar do Estado do Paraná e da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Art. 4.º - O Poder Executivo terá o prazo de 90 (noventa) dias para regulamentar a presente Lei.

Art. 5.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual.

Dep. Luiz Carlos
Dep. Henrique
Dep. Adriano
Dep. Secundo
Dep. Aní
Dep. Tadeu
Dep. Romoneli
Dep. Hugo
Dep. Scandiffa
Dep. Antonio

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Dep. Romoneli
Dep. Hugo
Dep. Scandiffa

APROVADO
02/06/14 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 753/2011

Dispõe sobre a permissão de Porte de Arma de fogo pelos servidores de carreira do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico Legal, no âmbito do Estado do Paraná.

RELATÓRIO

Em exame o Projeto de Lei nº 753/2011, de autoria do deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a permissão de porte de arma de fogo pelos servidores de carreira do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico Legal, no âmbito do Estado do Paraná.

Em observação ao art. 33-H do Regimento Interno, cabe a esta Comissão de Segurança Pública manifestar-se em relação ao Projeto de Lei em tela.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada a opinar a Comissão de Segurança Pública, encontrou méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois observa-se no artigo 46, inciso III da Constituição Estadual que a Segurança Pública é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, onde encontramos como um dos responsáveis Polícia Científica.

Deve ser observado ainda o artigo 1º da Lei Estadual nº 18.008/14, onde dispõe que:

“Artigo 1º

O Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO é composto por servidores da Polícia Científica, que exercem atividade policial, com risco de vida, incumbidos das perícias de criminalística, médico-legais e de outras atividades técnicas congêneres, bem como, atividades relacionadas a ensino e pesquisa, organizado em duas carreiras, estruturadas com dois cargos de quatro classes e onze referências O quadro de pessoal da Polícia Civil é o constante do anexo I desta lei, com os cargos dos quadros femininos incorporados aos quadros únicos, a cujas vagas oferecidas poderão concorrer candidatos de ambos os sexos, desde que preencham os requisitos exigidos, não havendo distinção também nas promoções, [...]”

Nota-se então, que a embora a Polícia Científica tenha sido desvinculada da Polícia Civil, os servidores não tiveram alterações em suas funções, continuam correndo risco de vida e pertencendo ao quadro de policiais do Estado do Paraná.

Assim, observando os dispositivos mencionados, justifica-se a necessidade de legalização do porte de arma de fogo para os Agentes da Polícia Científica.

CONCLUSÃO

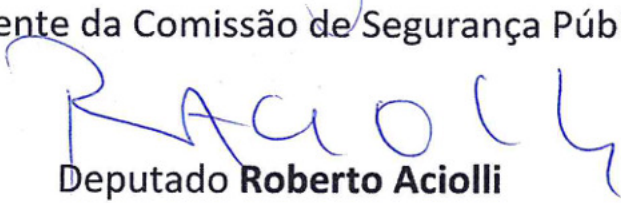
Procedida minuciosa análise da Proposição, e ainda considerando o Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, informa-se que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto de Lei em condições de merecer o finalíssimo exame do Plenário desta casa.

Em sendo assim, esta Comissão de Segurança Pública, manifesta-se FAVORÁVELMENTE à Proposição em epígrafe.

Sala das Comissões, 02 de Julho de 2014



Deputado **Mauro Moraes**

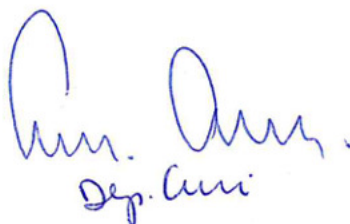


Presidente da Comissão de Segurança Pública

Deputado **Roberto Aciolli**



Relator



Dep. **Auri**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 753/11

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é da lavra do Nobre Deputado Ney Leprevost, e dispõe sobre a permissão de porte de arma de fogo pelos servidores de carreira do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico-Legal, no âmbito do Estado do Paraná.

Inicialmente, a proposta, quando da análise da Douta Comissão de Constituição e Justiça, através de seu Relator Deputado Cesar Silvestri Filho, opinou pela baixa em diligência junto a Secretaria de Segurança Pública para verificar a viabilidade técnica da matéria. (Dia 14 de dezembro de 2011 – Ofício nº 116/2011).

Constata-se nas fls. 10 dos autos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública não respondeu a diligência.

Sem a manifestação da referida Secretaria, a Comissão de Constituição e Justiça, através de seu Relator Deputado Bernardo Ribas Carli, após extenso arrazoado de informações, acaba por exarar Parecer datado de 16 de abril de 2013, e acatado pela Comissão, pela não aprovação do presente Projeto de Lei em razão de sua ilegalidade e inconstitucionalidade, principalmente por ser matéria de competência privativa da União. Sendo que, tal parecer teve sua publicação no Diário Oficial no dia 22 de abril de 2013.

Contudo, o ilustre autor da matéria, fazendo uso do Regimento Interno desta Casa de Leis, propôs **RECURSO** contra o parecer pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 753/2011, datado de 24 de abril de 2013.

Consoante se comprova nas fls. 25 dos autos, constata-se a existência de ofício datado de 13 de maio de 2014, subscrito pelo Secretário de Estado de Governo, Sr. Cesar Silvestri e recepcionado pela Comissão de Constituição e Justiça na data de 14 de maio de 2014,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

encaminhando cópia do anexo da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com informações do Instituto de Criminalística subscrita pelo Diretor Geral daquele Instituto, Sr. Hemerson Bestassoni Alves, prestando todos os esclarecimentos acerca do Projeto em questão, e ao final manifestando-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto, ora em análise.

Procedida à análise da Comissão de Constituição e Justiça, após as informações acima mencionadas, o relator Deputado Pedro Lupion, acatou o recurso proposto pelo eminente autor da matéria e exarou o devido parecer favorável que foi aprovado, com Emenda Substitutiva Geral em virtude de sua constitucionalidade e por estarem presentes todos os requisitos legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observa que a matéria está devidamente justificada.

Insta observar que, a proposta não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CONCLUSÃO

Isto Posto, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**, na forma da **Emenda Substitutiva Geral**, proposta pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, 08/07/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

[Signature]
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

[Signature]
DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR

[Signature] Dep. Pro. Lemos
[Signature] Dep. F. F. F. F. F.
[Signature] Dep. Acioli
[Signature] Dep. Waldyr



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº

31/14

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO AD. L.

Em, 12 FEV. 2014

1º Secretário

Súmula: Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa de São Sebastião, realizada anualmente, no segundo final de semana de fevereiro, no Município de São Sebastião da Amoreira.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa de São Sebastião, realizada anualmente, no segundo final de semana do mês de fevereiro, no Município de São Sebastião da Amoreira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 12 de fevereiro de 2014.

TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende instituir no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa de São Sebastião, realizada anualmente no segundo final de semana do mês de fevereiro, no Município de São Sebastião da Amoreira.

Há muito tempo atrás já se tinha notícias de uma Capela nas proximidades de onde está situada a Paróquia atual do Município. A escolha do Padroeiro e a doação da Imagem de São Sebastião foi feita por um pioneiro devoto do Santo, quando tratava-se ainda de uma capela, pertencente à Paróquia São José de Assaí. A comunidade foi elevada à dignidade de Paróquia no ano de 1958, no tempo do Padre Jerônimo Onuma, que despertou o povo de Deus para a responsabilidade de tornar-se comunidade Paroquial.

Atualmente, a Festa de São Sebastião pretende reunir a comunidade e festejar o dia do padroeiro da Cidade, que é celebrado em 20 de janeiro.

A Festa de São Sebastião é promovida pela Paróquia e reúne pessoas de toda região norte do Estado. Este ano foi celebrada nos dias 7, 8 e 9 de fevereiro e contou com diversas atrações, como a 1ª Trilha de São Sebastião, e o 1º Circuito de São Sebastião, além de comidas típicas de quermesse feitas pela população.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta, para a divulgação e promoção da Festa de São Sebastião, pedimos o seu devido apoio e a sua consequente aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 31/2014

Projeto de Lei nº. 31/2014

Autor: Deputado Tercílio Turini.

Súmula: Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa de São Sebastião, realizada anualmente, no segundo final de semana de fevereiro, no Município de São Sebastião da Amoreira.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A FESTA DE SÃO SEBASTIÃO. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tercílio Turini, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a Festa de São Sebastião, no Município de São Sebastião da Amoreira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 29 DE ABRIL DE 2014.


DEP. CAITO QUINTANA
Presidente


DEP. FERNANDO SCANAVACA
Relator


Dep. Furim


Dep. Adriano


Dep. Henrique


Dep. Luciano

APROVADO
02/06/14 


Dep. Deysson

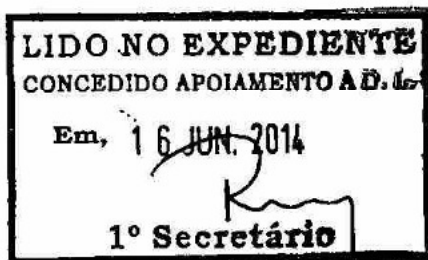


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DA DEPUTADA CANTORA MARA LIMA



PROJETO DE LEI Nº 270/2014.



Súmula: Institui o Dia da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil - IPIB em todo o território do Estado do Paraná a ser comemorado no dia 31 de julho de cada ano.

Art. 1º Fica instituído o Dia da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil – IPIB em todo o território do Estado do Paraná a ser comemorado no dia 31 de julho de cada ano.

Art. 2º Esta data será inserida no calendário de eventos oficiais do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2014.


CANTORA MARA LIMA
Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

Para justificar a razão da presente proposição, há necessidade de se apresentar um breve histórico da fundação da denominação e dos seus 111 de história no Brasil. A IPIB – Igreja Presbiteriana Independente do Brasil é uma igreja que tem suas raízes na Reforma Protestante do século XVI com orientação calvinista. Foi fundada em 31 de julho de 1903 por um grupo de sete pastores liderados pelo Reverendo Eduardo Carlos Pereira de Magalhães (1856-1923). Os outros seis pastores que deixaram o sínodo da então Igreja Presbiteriana do Brasil para organizar o Presbitério Independente foram: Rev. Alfredo Borges Teixeira (1878-1975); Rev. Bento Ferraz (1865-1944); Rev. Caetano Nogueira Junior (1856-1909); Rev. Ernesto Luiz de Oliveira (1875-1938); Rev. Otoniel de Campos Mota (1878-1951); Rev. Vicente Themudo Lessa (1874-1939). As causas que levaram à criação da Igreja Presbiteriana Independente remonta aos anos finais do século XIX. Questões missionárias e educacionais levaram o Reverendo Eduardo Carlos Pereira entrar em conflito com os missionários norte-americanos. Em 1886 ele apresentou um Plano de Missões Nacionais com a intenção de tornar a igreja brasileira auto-suficiente o mais rápido possível para sustentar pastores, professores e evangelistas e, para dar apoio à proposta ele toma a iniciativa de fundar em 1887 a Revista das Missões Nacionais. Outro ponto era o desejo de que a preparação teológica dos ministros brasileiros fosse mais adequada, isso por meio de uma instituição regular e não num sistema de tutoria, o que vinha sendo reclamado desde 1875. O grupo eduardista também reagia diretamente à política dos missionários em relação à evangelização indireta das crianças através do Mackenzie College (atualmente Universidade Presbiteriana Mackenzie). O conflito tomou outro rumo quando entrou a questão maçônica. Em dezembro de 1898 o médico Dr. Nicolau Soares do Couto Esther, recebido na igreja pelo Reverendo Chamberlain, em 1885, passou a publicar, com o pseudônimo Lauresto, uma série de doze artigos em O Estandarte (jornal evangélico fundado pelo Rev. Eduardo Carlos Pereira em 1893, sucessor de A Imprensa Evangélica), com a temática A Maçonaria e o Crente. Os artigos argumentavam sobre a incompatibilidade entre a maçonaria e a fé cristã. Por ser o jornal dirigido pelo grupo eduardista encontrou oposição do Rev. Álvaro Reis, pastor da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, o qual em 1899 fundou, o também jornal evangélico O Puritano, onde muitas vezes debatia as opiniões publicadas em O Estandarte, acelerando as divergências, naquela altura, já latentes entre os grupos. Em março de 1902, o grupo eduardista apresentou um projeto nacionalista chamado de Plataforma, adaptado de um discurso que o Reverendo Eduardo Carlos Pereira pronunciou no seminário teológico da igreja em 1900, cuja Plataforma possuía cinco pontos: 1. A independência absoluta, ou soberania espiritual da Igreja Presbiteriana do Brasil; 2. Desligamento dos missionários estrangeiros dos presbitérios nacionais; 3. Declaração oficial da incompatibilidade da maçonaria com o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo; 4. Conversão das Missões Nacionais em Missões Presbiteriais, ou autonomia dos presbitérios na evangelização de seus territórios; 5. Educação sistemática dos filhos da Igreja pela Igreja e para a Igreja. Foi então em 31 de julho de 1903 que o grupo eduardista sofreu o seu duro golpe. Primeiro o Reverendo Álvaro Reis apresentou uma proposta que procurou anular item por item da plataforma proposta. Após debates o missionário norte-americano Rev. Samuel Rhea Gammon entrou com uma proposta que foi chamada de moção Gammon, esta, por sua vez, focou na questão maçônica e considerou os demais itens como já vencidos, recebeu apoio e foi a votos. A moção Gammon ganhou levando o grupo derrotado do Reverendo Eduardo Carlos Pereira a separar-se da Igreja mãe. Os sete pastores, mais treze presbíteros foram a pé em direção à Primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo, então situada na rua 24 de maio, onde breves discursos eram intercalados pela lema *"Pela Coroa Real do Salvador"*. No dia seguinte, 1º de agosto, no intuito de se reorganizarem procuraram constituir-se



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DA DEPUTADA CANTORA MARA LIMA



em presbitério, o *Presbitério Independente*. O primeiro nome dado à igreja foi “Egreja Presbyteriana Independente Brasileira” (ortografia da época) e assim foi organizada a igreja que hoje é habitualmente chamada de IPI. Uma igreja que surgiu independente e brasileira. Seu sistema de governo é o Presbiteriano (um sistema representativo). Pela sua história e pela sua legitimidade como Igreja é que pedimos o apoio dos demais nobres parlamentares para a sua aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DA DEPUTADA CANTORA MARA LIMA



REQUERIMENTO



Súmula: REQUER seja aprovado REGIME DE URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 270/214, de sua autoria.

A Deputada que o presente subscreve usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, **REGIME DE URGENCIA**, para o Projeto de Lei nº 270/14, que trata de "Institui o Dia da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil – IPIB em todo o território do Estado do Paraná a ser comemorado no dia 31 de julho de cada ano", de autoria da Deputada Cantora Mara Lima.

Sala das Sessões, em 07 de julho de 2014.

CANTORA MARA LIMA
Deputada Estadual

noto-se e encaminhe-se
para Providências

7/7/14

15:25 07/07/2014 003573 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 270/2014

Projeto de Lei nº. 270/2014

Autor: Deputada Cantora Mara Lima.

Súmula: Institui o dia da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil – IPIB em todo o território do Estado do Paraná a ser comemorado no dia 31 de julho de cada ano.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O DIA DA IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE DO BRASIL POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Cantora Mara Lima, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado o Dia da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil – IPIB a ser comemorado anualmente no dia 31 de julho.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 09 de julho de 2014.

**DEPUTADO NELSON JUSTIUS
PRESIDENTE**

**DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR**

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

09/07/14